ISSN 2359-053x

ANO 5 - NÚMERO 55 - MAIO 2019

Xapuri SOCIOAMBIENTAL

R$ 15

BRASÍLIA: MUDANÇAS RADICAIS E O PORTAL DA SAPOPEMA

p. 08

AMAZÔNIA
Soldados da Borracha
p. 22

EDUCAÇÃO
Escola é...
p. 36

SUSTENTABILIDADE
Ecologia em fragmento
p. 44

Não tem sentido

ENFRAQUECER&
FATIAR&
REDUZIR&
PRIVATIZAR
A CAIXA

Acesse **naotemsentido.com.br** e saiba
por que a Caixa jamais deverá ser vendida.

Defender a Caixa é defender o sonho da casa própria de todo brasileiro

A cada 10 imóveis, 7 são financiados na

CAIXA

*dados referentes a 2017

FENAE FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

www.fenae.org.br /fenaefederacao @fenaefederacao @sigafenae

> **Eu acredito é na rapaziada**
> **Que segue em frente e segura o rojão.**
>
> Gonzaguinha

COLABORADORES/COLABORADORAS MAIO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Bia de Lima** – Professora. **Emir Sader** – Sociólo**go. Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Felício Pontes Jr.** – Procurador da República. **Robson Eleutério** – Professor. **Iêda Leal** – Professora. **Iêda Vilas Bôas** – Escritora. **Gomercindo Rodrigues** – Advogado. **Jaime Sautchuk** – Jornalista. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **Leonardo Boff** – Teólogo. **Lúcia Resende** – Professora. **Mirian Fichtner** – Jornalista. **Paulo Freire** – Educador (*in memoriam*). **Rodrigo Couto** – Jornalista. **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

1. Jaime Sautchuk – Jornalista
2. Zezé Weiss – Jornalista
3. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo
4. Ângela Mendes – Ambientalista
5. Antenor Pinheiro – Jornalista
6. Elson Martins – Jornalista
7. Emir Sader – Sociólogo
8. Graça Fleury – Educadora
9. Jacy Afonso – Sindicalista
10. Jair Pedro Ferreira – Sindicalista
11. Iêda Vilas-Bôas – Escritora
12. Trajano Jardim – Jornalista

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Atendimento: Geovana Vilas Bôas (61) 9 9352 9191. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Logística: Calleb Reis. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri. info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

Brasília não caiu do céu, assim de repente. Apesar de ter sido construída em tempo recorde, a Nova Capital já era tema de muita prosa fazia bom tempo. Sua própria localização exata, mil metros acima do nível do mar, no retângulo desenhado por Luís Cruls, vinha dos primeiros anos da República, esperando por alguém que a tirasse do papel.

Era tema de muitas histórias e lendas, dentre as tantas que tornam robusta nossa jovem cultura nacional. Tão rica e bela quanto a do Portal da Sapopema, com seus troncos protetores e a magia do boto que vira gente e gasta suas noites com damas que produzem extensa prole de herdeiros.

A ideia de ocupação do território que veio a ser o Brasil era uma obsessão das elites portuguesas desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1.494), em que dividiam o mundo com a Espanha. Junto, surgiram mitos e lendas sobre essa ocupação territorial, mas prevaleceram os ritos verdadeiros, sempre amparados em algum ato ou documento formal.

No caso de Brasília, viajantes e governantes propuseram alternativas de uma capital longe da orla, nos sertões, mas acabou vigorando o Relatório Cruls, escrito após dois anos de andanças de 22 cientistas e aprovado pelo Congresso Nacional. Bem distante, pois, do Portal da Sapopema, mas tudo parte de uma mesma História.

Este é o tema de nossa matéria de capa nesta edição nº 55 de Xapuri. Mas a revista nos traz muitos outros temas, bem ilustrados e criativos, como de costume.

A começar pela empreitada dos "Soldados da Borracha" durante a Segunda Guerra Mundial. A receita dos seringueiros do Acre quanto à "panema" ou o azar na caçada, no tempo que a floresta era dos povos que nela viviam e a caça o seu alimento de cada dia.

Nos dias de hoje, fica bem claro que as forças progressistas – a chamada esquerda – têm o caminho de solução dos grandes problemas do País. E o movimento negro levou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, reunida na Jamaica, denúncia sobre o caráter racista do pacote anticrime do ministro da Justiça brasileiro.

Esses são alguns exemplos do que você encontrará ao folhear estas páginas.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores

Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

Esta revista é muito top! Faz matérias relevantes que acrescentam e muito à sociedade. **Fábio Henrique – Rio Branco, AC.**

Jornalismo com responsabilidade é um diferencial que conquista a confiança dos leitores. **Mariana Rocha – Barreiras, BA.**

A diagramação é maravilhosa! Essa revista está de parabéns. É muita beleza numa revista só que dá prazer de ler as matérias. **Gabriela Cerri – Santa Cecília, SP.**

As imagens mais populares da @xapuri_lojasolidaria

Imagem do mês

4.161 curtidas

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

Xapuri SOCIOAMBIENTAL 55 MAI 19

08 CAPA
Brasília: mudanças radicais e o Portal da Sapopema

20 ÁGUA
Semiárido: um perverso cartão postal

22 AMAZÔNIA
Soldados da borracha

34 ECOTURISMO
Diamantina: daqui a pouco tem Festa do Divino!

35 GASTRONOMIA
Bolo de arroz de Diamantina: receita imperdível!

48 UNIVERSO FEMININO
Rainha Nzinga Mbandi: uma das maiores governantes da história da África

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

16 BRASÍLIA
Pedra fundamental da nova capital: em documentos

24 MITOS E LENDAS
No tempo da "panema"

26 ENTREVISTA
Emir Sader: é preciso mostrar que a esquerda tem alternativas para os grandes problemas do Brasil

28 CONSCIÊNCIA NEGRA
Delegação do Movimento Negro Brasileiro denuncia pacote anticrime de Moro em audiênica oficial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

33 HOMENAGEM
Beth Carvalho, Guerreira da Resistência!

36 EDUCAÇÃO
Escola é...

40 SAGRADO INDÍGENA
XV Acampamento Terra Livre – ATL 2019: documento final

44 SUSTENTABILIDADE
Ecologia em fragmento: as partes do todo

Brasília

MUDANÇAS RADICAIS E O PORTAL DA SAPOPEMA

Altair Sales Barbosa

Inaugurada em 21 de abril de 1960 para ser a Capital Federal, Brasília, tal qual um portal invisível, como o Portal da Sapopema da mitologia brasileira, permitiu quase de repente a passagem de uma realidade para outra, de dimensões e possibilidades incomensuráveis, não permitindo as acomodações e adaptações para a absorção dessas novas realidades.

Isso provocou de imediato uma intensa migração interna de pessoas oriundas de outras partes do país, que se deslocavam até o Planalto Central em busca de empregos, negócios e outras oportunidades. Causou, também, no início, um impacto acanhado ao meio ambiente natural e social, que tomou proporções incalculáveis à medida que o tempo foi passando e as estruturas foram se sedimentando.

Esse impacto é o resultado da criação de infraestruturas básicas, viárias, energéticas, de mudanças de comportamento etc. Porém, isso atingiu sinais de descontrole uma década depois, com a entrada em larga escala do capital multinacional, que muda radicalmente a configuração do Cerrado.

Entretanto, embora Brasília tenha sido construída em tempo recorde, quase como num passe de mágica, a ideia da mudança da Capital Federal do litoral para o centro do Brasil não aconteceu de repente; ao contrário, é um fato que veio ganhando corpo desde o final do século XIX até meados do século XX.

Alguns elementos são cruciais à compreensão e concretização dessa ideia. Parte da iniciativa foi muito bem planejada, mas alguns elementos inusitados e fundamentais necessitam ser devidamente pontuados. O primeiro desses elementos trata-se do "Sonho de Dom Bosco".

O SONHO DE DOM BOSCO

São João Bosco, padre italiano nascido na cidade de Castelnuovo D´Asti em 1815, e que viveu até 1888, foi fundador da Pia Sociedade São Francisco de Sales, também conhecida como Ordem ou Congregação Salesiana. Alguns relatos sobre sua biografia reportam que desde os nove anos de idade ele tinha visões que se manifestavam através dos sonhos.

Num desses sonhos, vê uma cidade sendo erguida no centro da América do Sul, ao lado de um lago, entre os paralelos 15º a 20º sul, que basicamente corresponde ao espaço geográfico onde mais tarde seria construída Brasília. Segundo o sonho,essa localidade, que seria o "Paraíso", possuía vários elementos simbólicos que podem ser confundidos com fartura.

Não se sabe até que ponto o sonho de Dom Bosco influenciou os intelectuais e políticos brasileiros. O fato é que quando os militares – chefiados pelos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, com o apoio da elite urbana e agrária do país, e por parte da igreja católica, descontentes com a libertação dos escravos – proclamaram a República em 1889, retirando do trono Dom Pedro II e todos os seus aliados, colocaram na primeira Constituição Republicana, promulgada em 1891, a ideia da mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central do Brasil.

Ali seria cartografado um quadrilátero para, no futuro, ser construída a Capital do Brasil. Para a demarcação desse quadrilátero, era necessário um trabalho envolvendo especialistas tanto em Topografia como em Engenharia, Botânica, Geologia, e outros ramos da História Natural. Para a finalidade, foi criada a que mais tarde seria conhecida como a Expedição Cruls, pois teve no seu comando Luís Cruls.

A EXPEDIÇÃO CRULS

Louis Ferdinand Cruls nasceu na Bélgica em 1848 e morreu em Paris, em 1908. Era um astrônomo de respeito internacional. Como profissional, viveu a maior parte de sua vida no Brasil, onde era conhecido pelo nome de Luís Cruls. Amigo do Imperador D. Pedro II, dele aceitou o convite para dirigir o Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Antes, porém, já havia realizado alguns outros trabalhos em território brasileiro.

Quando a República do Brasil foi proclamada, os militares exilaram diversos amigos de D. Pedro II, ou opositores ao novo sistema político. Entretanto, os líderes da República não quiseram ficar órfãos dos conhecimentos e da utilidade de Luís Cruls, mas também não consideraram prudente que ele ficasse no Rio de Janeiro.

Foto: Divulgação

Criou-se então uma comissão para explorar o Planalto Central e estabelecer as bases para a instalação da futura Capital, como previa a Constituição Republicana de 1891. O comando dessa exposição foi dado aLuís Cruls, numa espécie de exílio disfarçado.

Cruls, então, chefiando uma grande missão de especialistas, montou sua base na cidade de Pirenópolis, em Goiás. E, a partir daquele local, realizou vários estudos na região, incluindo o trabalho topográfico que resultou na demarcação do quadrilátero onde seria construída Brasília.

Após longos estudos na região, a comissão Cruls coletou uma série de dados que lhe permitiu a elaboração de um minucioso relatório contendo informações sobre Climatologia, Hidrografia, Geologia, Botânica, Zoologia, Astronomia e Geodesia.

A demarcação do quadrilátero foi definida tendo as seguintes coordenadas geográficas: ponto Noroeste NW 15º 10′ latitude sul e 3h 15′ 25′′ de longitude oeste; ponto Nordeste NE 15º e 10′′ latitude sul e 3h 09′ 25′′de longitude oeste; ponto sudoeste SW 16º 08′ 35′′ de latitude sul e 3h 09′ 25′′ de latitude oeste.

Observa-se que o sistema adotado registrava as longitudes em horas, a partir de Greenwich , e não em graus. Como cada hora corresponde a 15 graus, é fácil fazer a correção. Entretanto, no período de mais de um século, torna-se necessário corrigir as distorções causadas pelo polo magnético da Terra.

Esse foi na verdade o primeiro trabalho concreto sobre a transferência da capital, já que o tema, embora muito discutido desde a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, merecendo até um estudo aprofundado do historiador e diplomata Varnhagen (1877), não passava de pura questão teórica.

Foto: Divulgação

A FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

A ideia da mudança da Capital continua sendo mantida constitucionalmente com a promulgação da nova Constituição da República de 1934. Com o surgimento da Segunda Guerra Mundial, cresce o desejo e talvez a necessidade da conquista de espaços no interior do Brasil, associados sempre à mudança da nova capital. Entretanto, os "sertões de dentro" eram quase que desconhecidos, desprovidos de infraestrutura básica e povoado por índios, muitos dos quais situados em áreas estratégicas do ponto de vista do avanço da ocupação "nacional", além de arredios, o que colocava em perigo a interiorização ou ocupação definitiva do interior do Brasil.

Dessa forma é criada a Fundação Brasil Central, em que tem papel de destaque o coronel Vanique e o sertanista – e mais tarde professor – Acary de Passos Oliveira.

A Fundação Brasil Central estrutura diversas expedições, dentre elas a Expedição Roncador-Xingu, na qual se destaca a participação dos irmãos Vilas-Boas – Leonardo (1918-1961), Claudio (1916-1998) e Orlando (1914-2002). Mais tarde, surge a expedição chefiada por Francisco Meirelles, que pacifica os Xavante em Mato Grosso e, tempos depois, continua com o mesmo tipo de trabalho na área que hoje corresponde ao estado de Rondônia.

A MISSÃO RONDON

Quase na mesma época, é bom que se destaque, teve início a que mais tarde seria conhecida como Missão Rondon (início do século XX). Chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon, essa missão tinha como objetivo principal o estabelecimento de uma linha telegráfica que ligasse o estado de Goiás e Mato Grosso, para mais tarde estendê-la até o então Território de Guaporé, atual estado de Rondônia.

Constava também de seus objetivos a abertura de estradas ligando Cuiabá ao centro do país e o contato com índios arredios, dentre os quais os Pareci, os Nambiquara, os Parintintin, os Pakaá-Novo, os Xavante etc. que se encontravam no caminho das linhas telegráficas. Nota-se que já se encontravam em marcha desde o início da República trabalhos visando a conquista do interior do Brasil.

A EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU

Na introdução do seu livro "Roncador-Xingu – roteiro de uma expedição", o professor Acary de Passos Oliveira (1976, p. 11) ressalta:

A imprensa brasileira agitou a opinião pública, dedicando uma série de artigos à Expedição que se organizava por iniciativa do coordenador da Mobilização Econômica, Ministro João Alberto Lins de Barros, e colaboração com o Ten. Cel. Flaviano de Matos Vanique, Francisco Brasileiro e outros.

As críticas variavam de um jornal para outro. Havia comentários construtivos, nos quais escritores e jornalistas estimulavam os expedicionários, com palavras entusiásticas, cheias de fé e civismo, concitando-os a levar avante essa feliz iniciativa, de uma finalidade tão profunda, vez que iriam desbravar regiões até então desconhecidas e auxiliar na formação de um Brasil maior. Outra corrente atacava sem dó nem piedade os iniciadores da arrojada empresa, alegando dentre outras razões que a expedição iria provocar o ódio sempre latente entre os indígenas, habitantes da região que seria palmilhada, prejulgando o início de uma cruenta guerra de extermínios entre brancos e índios.

Várias entrevistas foram concedidas pelo Ministro João Alberto e Cel. Vanique sobre os motivos que determinaram a Expedição – a abertura de uma estrada que fizesse a ligação do Sul com o Norte, fixando núcleos populacionais ao longo da futura estrada que seria aberta. Essa a versão oficial; outra, entretanto, era a finalidade – vários navios brasileiros estavam sendo torpedeados na costa Brasileira e, após a vigésima terceira vítima, afundada nas proximidades de Cabo Frio, as autoridades de cúpula, presente o Estado Maior do Exército, chegaram à conclusão sobre a vulnerabilidade do Governo Federal no Rio de Janeiro, ou em outro qualquer ponto do litoral. Em caso de ataque, para onde transferir a sede do Governo? Entre outras sugestões, corporificou a de se construir uma

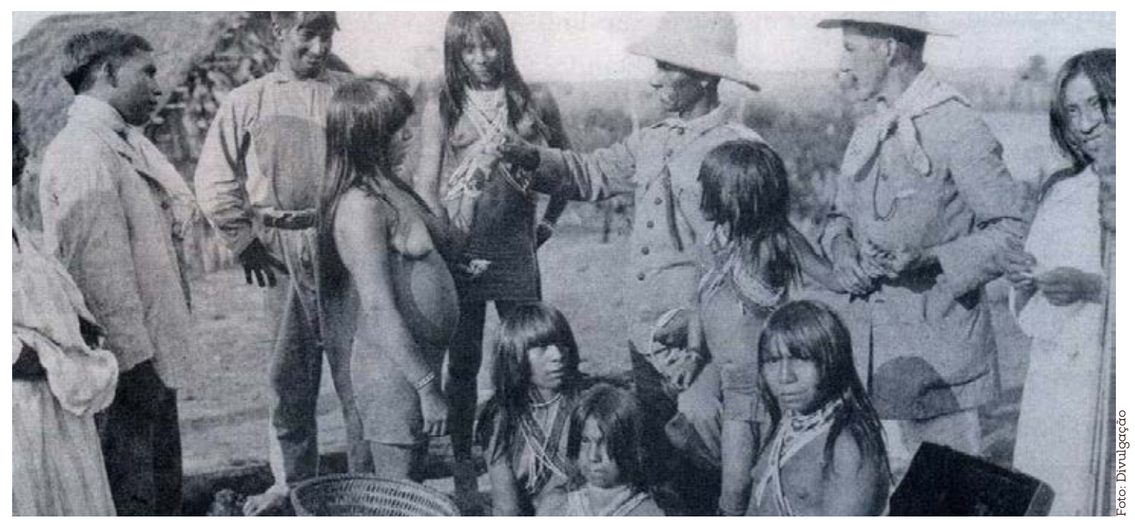


Foto: Divulgação

estrada interiorana, para, se necessário, o Poder Central se deslocar para lugar que oferecesse melhor proteção. Esse o motivo principal da criaçãoda Expedição, que recebeu a denominação de Expedição Roncador-Xingu, tendo-se em vista o roteiro traçado para a sua execução.

Para decepção daqueles que ainda tinham dúvidas sobre a viagem do audacioso projeto de penetração, em curto período transformado em realidade, houve na Basílica de São Bento, no coração de São Paulo, no mesmo local onde há centenas de anos passados, as Bandeiras que se destinavam aos sertões desconhecidos, em busca de riquezas e sonhos, recebiam as bênçãos celestiais e a esperança de maiores felicidades em toda a jornada, um solene Te-Deum, oficiado pelo Abade-Prior, acompanhado de um coro de centenas de vozes, enquanto era abençoado o Pavilhão Nacional, bordado a ouro por mãos carinhosas das senhoras paulistas e entregue ao Ministro João Alberto, que o transferiu para um membro da Expedição.

Ao término da cerimônia, o Dr. Godofredo da Silva Teles proferiu vibrante alocução, da qual conseguimos gravar o seguinte trecho referindo-se ao Pavilhão Nacional: Levantai-o seguidamente, sobre os campos e matas de nossa terra. Levantai-o nos sertões do Araguaia, no Rio das Mortes e no Xingu...E ao término vitorioso da jornada, levantai-o, sobretudo nos cimos lendários da Serra do Roncador, para onde se dirigem nossas esperanças de pioneiros.Alçai-o mais e mais, tanto quanto puderes.O simbolismo da bandeira, erguida no clarão radiante das alturas, dar-vos-á, para sempre, o sentido da nossa obra em favor da nossa Pátria.

Terminada a belíssima e comovente solenidade, os expedicionários, muitos dos quais filhos de Piratininga, embarcaram por via férrea com destino à cidade de Uberlândia, no estado de Minas Gerais, prosseguindo em caminhões e jardineiras parao povoado conhecido como Barra do Garças, hoje "Aragarças", ponto escolhido para o início dos trabalhos de penetração do desconhecido.

A ideia da mudança da capital do litoral parao interior continua cada vez mais forte, juntamente com os processos de interiorização do país. Nessa ótica, a Constituinte de 1946 mantém viva essa chama e, entre este ano e o ano de 1953, várias comissões de localização do sítio para a possível construção de uma nova capital no interior do país foram organizadas.

A última foi no governo do Presidente Café Filho e teve como seu coordenador o Marechal José Pessoa – 1954, do Serviço de Cartografia do Exército. Integrava essa comissão o urbanista Affonso Eduardo Reidy.

Tal comissão vai ser a responsável pela escolha definitiva do local onde hoje está implantado o Plano Piloto, dentro do antigo quadrilátero estabelecido anteriormente por Cruls.

A PEDRA FUNDAMENTAL

Também merece destaque, entre os fatos que foram consolidando a mudança da Capital, o projeto do deputado federal por Goiás, Americano do Brasil, por ocasião das comemorações do centenário da Independência, em 1922.

O projeto inclui, entre as comemorações, o lançamento da Pedra Fundamental da nova capital. Aprovado o projeto, em 18 de janeiro de 1922, o Presidente Epitácio Pessoa baixou o Decreto 4.494, determinando o assentamento da Pedra Fundamental, sendo designado como encarre-

gado da tarefa o engenheiro Balduíno Ernesto de Almeida, diretor da Estrada de Ferro de Goiás, com sede em Araguari, Minas Gerais.

Em 7 de setembro de 1922, a Pedra Fundamental foi assentada no Morro do Centenário, a 9km da cidade de Planaltina, a mais antiga do Distrito Federal.

O FATOR JK

Em 1955, Juscelino Kubistchek de Oliveira (JK), que havia sido prefeito de Belo Horizonte (1940/45) e governador de Minas Gerais (1951/55), com apoio de políticos mineiros, dentre os quais Benedito Valadares, inicia um processo para se candidatar à Presidência da República pelo Partido Social Democrata (PSD).

Juscelino teve por concorrentes o General Juarez Távora, pela União Democrática Nacional (UDN); Ademar de Barros, pelo Partido Social Progressista (PSP), e Plínio Salgado, pelo Partido Republicano Popular (PRP). Ou seja, JK enfrentou uma eleição muito concorrida.

As chances de Juscelino não eram tão boas, pelo menos no início da campanha, embora ele viesse acompanhado da fama de ser grande inovador e bastante dinâmico nas suas administrações em Minas Gerais, e, também, como deputado. Foi nesse contexto que surgiu a figura de Serafim de Carvalho.

SERAFIM DE CARVALHO E O COMÍCIO QUE NÃO HOUVE EM JATAÍ

Serafim de Carvalho, nascido em Jataí, Goiás, cursou medicina na Universidade Federal de Minas Gerais, em meados da década de 1930, sendo contemporâneo de Juscelino, que também cursava Medicina na mesma Universidade. Embora não fossem da mesma turma, entre ambos surgiu uma forte amizade, que aumentou quando os dois fizeram a residência médica no Hospital São Lucas, em Belo Horizonte.

No seu retorno a Jataí, Serafim de Carvalho entrou quase que acidentalmente na política, organizando o PSD local, em oposição à forte pressão que Jataí sofria de Rio Verde, cidade vizinha. Como político, Serafim de Carvalho fez como seu candidato, o governador de Goiás, José Feliciano Ferreira, que governou o estado de 1958 a 1960, mostrando grande pujança administrativa.

Quando Serafim soube das pretensões de Juscelino, exigiu dele que o lançamento da campanha se desse em Jataí. E assim, naquela cidade, foi preparado um grande palanque na praça, hoje denominada Diomar Menezes.

A PERGUNTA DE TONIQUINHO JK

Entretanto, na hora do comício, caiu uma tromba d'água na cidade, impedindo a realização do evento naquele local. Por iniciativa de Serafim de Carvalho, JK foi encaminhado para um galpão, onde funcionava uma oficina mecânica. No local havia um caminhão, que estava ali para ser consertado.

A chuva foi responsável pela dispersão da multidão. Porém, algumas pessoas acompanharam o candidato até o galpão. Dentre essas pessoas estava Antonio Soares, que mais tarde ficaria conhecido como Toniquinho JK.

Já no galpão, Juscelino subiu na carroceria do caminhão, juntamente com outros políticos, se propôs a não fazer discurso e, em vez disso, a dialogar com a plateia.

Uma das intervenções foi a de Antonio Soares, que indagou o candidato se, caso eleito, cumpriria a Constituição Federal, ao que Juscelino respondeu prontamente que sim.Diante da resposta de Juscelino, Antonio Soares continuou: "A Constituição reza que a Capital Federal deve ser transferida para o Planalto Central. O senhor é capaz de tal empreendimento?"

Naquele momento, possivelmente, um brilho diferente deve ter saltado dos olhos de JK. Embora como prefeito e governador Juscelino tenha ficado conhecido como um grande tocador de obras, não constava no seu "Plano de Metas" a construção da nova Capital, pois ele sabia das dificuldades e da oposição que enfrentaria dos políticos e diretores das empresas estatais acomodadas no Rio de Janeiro.

Todavia, Juscelino deve ter se recordado da Pampulha e das pessoas geniais que o acompanhavam – Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, DarciRibeiro etc. Assim, do improvisado comício, JK surge com uma nova visão sobre seu "Plano de Metas", e passa a empunhar a bandeira da construção da nova Capital, que seria denominada de Brasília e não de Vera Cruz.

Ao empunhar tal bandeira, a candidatura de Juscelino Kubitschek de Oliveira ganhou novo impulso e começou a contagiar líderes políticos e eleitores de fora do eixo Rio – São Paulo.

Consta que o nome Brasília já fora mencionado por José Bonifácio, o patriarca da Independência, em 1823, e que a data da inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960, foi uma homenagem do Presidente Juscelino a Tiradentes.

Altair Sales Barbosa
Antropólogo. Arqueólogo – em "O Piar da Juriti Pepena" –Editora PUC Goiás – 2014.

PEDRA FUNDAMENTAL DA NOVA CAPITAL: EM DOCUMENTOS

Robson Eleutério

Fotos: Acervo Instituto Cerratense

Tendo em vista a comemoração do Centenário da Independência, o Presidente Epitácio Pessoa, logo no início do ano de 1922, publica o Decreto Legislativo nº 4.494, datado de 18 de janeiro, que mandava edificar a Pedra Fundamental da futura capital no quadrilátero Cruls.

O projeto que deu origem a esse decreto é de autoria dos deputados Americano do Brasil (Goiás) e Rodrigues Machado (Maranhão), tendo sido aprovado por unanimidade pelos deputados, com o seguinte teor:

"Art. 1º – A Capital da República será oportunamente estabelecida no Planalto Central, na zona de 14.400 quilômetros quadrados, que, por força do art. 3º da Constituição Federal, pertence à União, para esse fim especial, já estando devidamente medidos e demarcados".

"Art. 2º – O Poder Executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada, no ponto mais apropriado da zona a que se refere artigo anterior, a Pedra Fundamental da futura cidade, que será a capital da União".

A missão de erguer o obelisco no Morro do Centenário e organizar o evento de lançamento da Pedra Fundamental coube ao Diretor da Estrada de Ferro de Goiás, Engenheiro Ernesto Balduíno de Almeida, cumprindo um decreto que autorizava o início da obra em comemoração ao centenário da Independência.

Balduíno foi informado da missão por meio de um telegrama enviado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, José Pires do Rio, durante o governo de Epitácio Pessoa, no dia 27 de agosto de 1922, faltando apenas dez dias para o 7 de setembro.

Segundo o telegrama, uma placa de bronze acabava de ser encomendada ao Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo, que, após fazer o molde e fundi-la, a enviaria de trem-de-ferro até Araguari e, de lá, seguiria de carro para Mestre d'Armas, durante uma cerimônia organizada para o dia 7 de setembro de 1922. Inegavelmente, parece que tal tarefa se transformara numa árdua missão a ser cumprida pelo engenheiro Balduíno, que fez o seguinte desabafo: "Faltava-me tempo para pensar; para agir ainda pouco era o tempo".

Preocupado em evitar um possível fracasso da missão, rapidamente Balduíno idealizou um obelisco em formato de uma pirâmide feita com pedras artificiais, cujos materiais seriam montados no local. Aplaca de bronze foi encomendada ao colégio liceu das artes, em São Paulo e mandada de trem até Araguari, de onde depois seguiria de carro "Ford Bigode" para o arraial de Mestre d'Armas.

É importante ressaltar que nessa época a cidade já se chamava Planaltina, no entanto, ainda continuava sendo conhecida por Mestre d'Armas.

A JORNADA PARA MESTRE D'ARMAS

A jornada começou em Araguari (MG), no dia 1 de setembro de 1922, quando Ernesto Balduíno organizou uma caravana composta por 40 membros, e assim seguiram para Mestre d'Armas, primeiro num trem especial, pela ferrovia Mogiana, até o final da linha férrea, na estação da cidade de Ipameri. Depois, seguiram por estrada de rodagem, em 9 automóveis (Ford Bigode), e mais 6 caminhões, que transportaram todo o material necessário para erguer o obelisco no local.

No dia 2 de setembro a caravana deixou Ipameri e seguiu com destino a Mestre d'Armas. A viagem teve início às 5horas da madrugada, trilhando a primeira estrada de rodagem que adentrou o quadrilátero demarcado por Luiz Cruls, aberta um ano antes (1921) pela empresa Bevinhati, Salgado e Cia. Transportaram uma carga estimada em cinco toneladas, num trajeto de 300 km, com inúmeros trechos precários, demorando três dias de viagem.

Após percorrerem 160 km chegaram a Cristalina/GO no dia 03 de setembro, quando Balduíno recebeu a notícia de que a estrada até Mestre d'Armas estava em boas condições. Essa notícia o deixou despreocupado com a chegada dos caminhões que estavam para trás, levando-o a seguir na frente pois tinha que preparar a chegada da caravana e, ainda, escolher o local em que o obelisco seria edificado. "Em razão disso, Balduíno, que viajava sempre à retaguarda, decide, acossado pelo tempo, seguir à frente com os "Ford-bigode", deixando os caminhões seguirem atrás da caravana. E no mesmo dia, já tarde da noite, chegou a Mestre d'Armas, fazendo daquele local o centro das suas operações. A cidade recebeu a comitiva festivamente".

Em 4 de setembro, Balduíno foi a campo, visitando algumas localidades da região, a fim de escolher o melhor local para edificar o obelisco.

Ele visitou o Parque Nacional, um local que serviu de acampamento para a Missão Cruls, seguindo logo

depois para outro ponto nas margens do rio Paranoá e, por último, esteve em Mestre d'Armas, onde decidiu erguer o obelisco sobre um morro localizado a 7 km da cidade, ente os vales dos rios São Bartolomeu e Sobradinho.

Os caminhões chegaram a Mestre d'Armas em 5 de setembro, faltando apenas dois dias para a inauguração do monumento. Veja a narrativa de Balduíno:

Nas primeiras 7 horas foram percorridos apenas 20 km, com os caminhões estancando a cada momento, nas grandes rampas que tinham de vencer. No total, no primeiro dia de viagem, das 5h às 21h, foram vencidos apenas 76 km. No segundo dia, três de setembro, a caravana avançou mais 84 km até o cair do sol, quando chegou ao povoado de Cristalina. Segundo as informações locais, a partir dali a estrada não apresentaria grandes problemas. Balduíno, que vinha à retaguarda, decidiu acossado pelo tempo, seguir à frente com os "Ford Bigode", deixando os caminhões seguirem atrás da caravana. Tarde da noite, chegou ao arraial de Mestre d'Armas, fixado como referência, e que seria a base dos trabalhos. Os caminhões chegaram à manhã do dia 5, e nessa mesma manhã o engenheiro Balduíno escolheu um local bem mais próximo: um promontório sobre o vale do rio São Bartolomeu, a apenas 8 km de Mestre d'Armas. Batizou o local de "serra da Independência; e aos dois morros ali existentes atribuiu os nomes de "Centenário" e "Sete de Setembro". Às 17 horas do dia 5, todo o material dos caminhões já estava descarregado no morro do Centenário. No dia 7, às 10 horas, estava pronto o monumento.

A placa de bronze, vinda de São Paulo, foi fixada na base da pedra, com os seguintes dizeres: *Sendo Presidente da República Excelentíssimo Senhor Doutor Epitácio da Silva Pessoa, em cumprimento ao disposto no Decreto 4.494, de 18 de janeiro de 1922, foi aqui colocada, em sete de setembro de 1922, ao meio-dia, a pedra fundamental da futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil.*

A cerimônia de edificação da pedra, com o hasteamento da Bandeira Nacional, aconteceu exatamente ao meio-dia de sete de setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil (1822), conforme o previsto, e contou com a participação de autoridades de vários estados do país, sendo o Presidente Epitácio Pessoa representado pelo Engenheiro Ernesto Balduíno, Diretor da Estrada de Ferro Goiás em Araguari (MG).O evento foi fotografado, filmado e ganhou amplo espaço na mídia nacional, cujo material foi selecionado e doado ao Museu do Ipiranga, em São Paulo.

Após uma análise dos momentos em que antecederam a edificação da Pedra, constata-se que o improviso parece algo inerente à nossa cultura, uma

vez que seria necessário pensar no formato do obelisco, organizar uma expedição para escolha do local em que seria colocado e, ainda, organizar um evento para o lançamento.

Tudo isso foi feito em apenas dez dias e deu tudo certo.

A base do marco foi constituída de trinta e três pedras artificiais de concreto, colocadas na base do monumento, lembrando os trinta e três anos da República, de 1889 a 1922. A primeira pedra assentada no monumento foi colocada um dia antes, no dia seis de setembro, e a construção do obelisco foi concluída no dia seguinte.

O obelisco tem forma piramidal de base quadrada com 3,75m de altura, a contar das fundações. As suas faces estão orientadas pelos pontos cardeais. Na face oeste está localizada a placa comemorativa. A 7 m do monumento, encontra-se o Marco Geodésico, situado a 7,5km da cidade de Planaltina e 24 km a Nordeste da Estação Rodoviária de Brasília (em linha reta), em concreto, com chapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE cravada no topo, numa caixa com tampa móvel e de ferro fundido. A pedra foi assentada no ponto mais elevado do Morro do Centenário, proporcionando uma visão aérea em todas as direções. A praça que a entorna contribui para o bem-estar dos visitantes com passeios e bancos de concreto.

Robson Eleutério
Professor de História da SEDF. Coordenador do Instituto Cerratense (http://cerratense.com.br). Em 2004, idealizou o projeto Estrada Colonial no Planalto Central, juntamente com o historiador Paulo Bertran, sendo, posteriormente, coautor do livro *Estrada Geral do Sertão – na rota das nascentes*. Nos últimos anos tem se dedicado à pesquisa sobre a história da nossa região e, atualmente, à criação do Ecomuseu e ao tombamento da Pedra Fundamental como patrimônio Histórico Nacional.

LOJA XAPURI
100%
SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.

SEMIÁRIDO:
UM PERVERSO CARTÃO POSTAL

Mirian Fichtner

Foto: projetocolabora.com.br

A beleza, as cores e o dia a dia do sertanejo na convivência com a seca do Nordeste que, quando começa, pode durar dias, meses ou anos.

O verão costuma ser brabo. O sol torra tudo e acaba com o que era verde. A chuva, quando vem, mais parece um dilúvio. O sinal evidente de que vai chover é a flor do mandacaru.

Assim é o sertão brasileiro, que não poupa gente, bicho ou planta. A aridez do solo, a cor barrenta que predomina no ambiente, as casas de taipa... Tudo junto e misturado compõe um cenário único, de beleza ímpar, onde predominam uma mata rala, arbustos espinhentos e cactos, muitos cactos.

Conviver com o Semiárido é aprender que na região o problema não é a falta de água, mas a escassez de políticas públicas que ajudem o sertanejo a armazenar a água que cai do céu.

Mirian Fichtner
Nasceu em Porto Alegre/RS, formou-se em jornalismo pela PUC/RS e trabalhou nos principais jornais e revistas do Brasil como: jornal Zero Hora, O Globo, O Dia, Jornal do Brasil e revistasIstoÉ, Vejae Época. Ganhou mais de 13 prêmios nacionais e internacionais. É autora dos livros: "Cavalo de Santo-Religiões afro-gaúchas"/2011 e "A vida que corre nos ônibus"/2011 e "Rio – um olhar viajante"/2015.
Fonte: https://projetocolabora.com.br

LOJA XAPURI
100%
SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.

Fotos: Divulgação

SOLDADOS DA BORRACHA

Felício Pontes Jr.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial não se deu apenas com o envio de 20 mil pracinhas para combater na Itália. Quase 60 mil brasileiros também foram convocados a auxiliar os Aliados de uma maneira diferente: produzindo látex, matéria-prima da borracha.

A borracha era essencial para equipar a indústria bélica americana. Naquele tempo, sua produção estava essencialmente na Ásia, bloqueada pelo Japão. O Japão, o Reich alemão e a Itália de Mussolini, formavam as maiores forças do Eixo.

E é aí que o governo ditatorial de Getúlio Vargas entrou em cena. Os Estados Unidos financiariam a empreitada, e o Brasil forneceria a mão de obra e a Amazônia para a produção da borracha.

Com o acordo fechado, iniciou-se uma ampla campanha nacional para recrutar trabalhadores, quase todos nordestinos, para a Amazônia. Os que aceitaram ficaram conhecidos como soldados da borracha. Havia promessa de fartura e até de lotes de terra.

Os barcos que saíam de portos do Nordeste, como Fortaleza (CE), eram chamados de "modernos navios negreiros", diante do transporte de pessoas como se fossem cargas.

A viagem durava de 15 a 60 dias, dependendo do local de destino na Amazônia. Os que chegavam vivos eram obrigados a assinar um contrato com o seringalista (dono do seringal), que seria seu patrão, único comprador do látex e, geralmente, único vendedor de alimentos, remédios e insumos para o trabalho a preços bem acima do normal.

UMA SAGA

Em verdade, o soldado da borracha já chegava endividado à Amazônia e, dificilmente, conseguiria pagar a dívida, ou seja, deixar o seringal.

Em alguns lugares, a população local também cortou seringa com o intuito de participar do esforço de guerra.

Em outros, indígenas entraram em guerra com os soldados da borracha, como, por exemplo, na região onde ocorreu a Batalha do Riozinho do Anfrísio – que hoje é uma Reserva Extrativista do mesmo nome, na Terra do Meio, entre os rios Xingu e Tapajós, no Pará.

Estima-se que 30 mil soldados da borracha morreram ainda na época da guerra, por assassinato, ataque de animais e surtos de malária, febre amarela, beribéri etc.

Dos pracinhas enviados à guerra, 465 morreram. Os que voltaram após o término do conflito, em maio de 1945, fizeram jus a 7 salários mínimos por mês, abono, assistência médica e indenizações.

Os soldados da borracha só foram reconhecidos com a Constituição de 1988, mas de forma insatisfatória. Fizeram jus a 2 salários mínimos por mês, mas não seus descendentes, a menos que provassem incapacidade.

Em 2014, a Emenda Constitucional n.78 determinou o pagamento de 25 mil reais de indenização aos 5 mil soldados da borracha ainda vivos e aos dependentes dos mortos.

Há ações na Justiça para obrigar o Governo a pagar indenizações de, no mínimo, 200 mil reais aos soldados da borracha e a seus descendentes.

A saga dos soldados da borracha ainda é um capítulo pouco conhecido da nossa história.

Felício Pontes Jr
Procurador da República, em "Povos da Floresta – Cultura, Resistência e Esperança". Edições Paulinas, 2017.

NO TEMPO DA "PANEMA"

Gomercindo Rodrigues

– Eu ainda sou do tempo da *"panema"*. Hoje não tem mais panema, mas também não tem mais caça.

Foi assim que dona Cecília Mendes (tia de Chico Mendes, já falecida) me falou das crenças dos seringueiros quanto ao azar, ou "panema" na caçada. Para não ficar "empanemado" era necessário cumprir algumas regras fundamentais:

- Tinha que cortar a carne da caça e lavar a tábua só com água, sem sabão.
- A roupa do caçador que, claro, ficava manchada com o sangue da caça, tinha de lavar só com água, até tirar o sangue, sem usar sabão, para não "empanemar".
- A mulher não podia passar por cima do sangue onde a caça tivesse sido "tratada", se pisasse no sangue "botava moleza".
- A corda de tirar o couro da caça devia ser sempre a mesma, deixada no mesmo lugar.
- Ninguém podia pisar nos ossos, os cachorros tinham que roer ou, então, tinha que enterrar na mata, num "pé de pau" (próximo ao tronco de uma árvore.

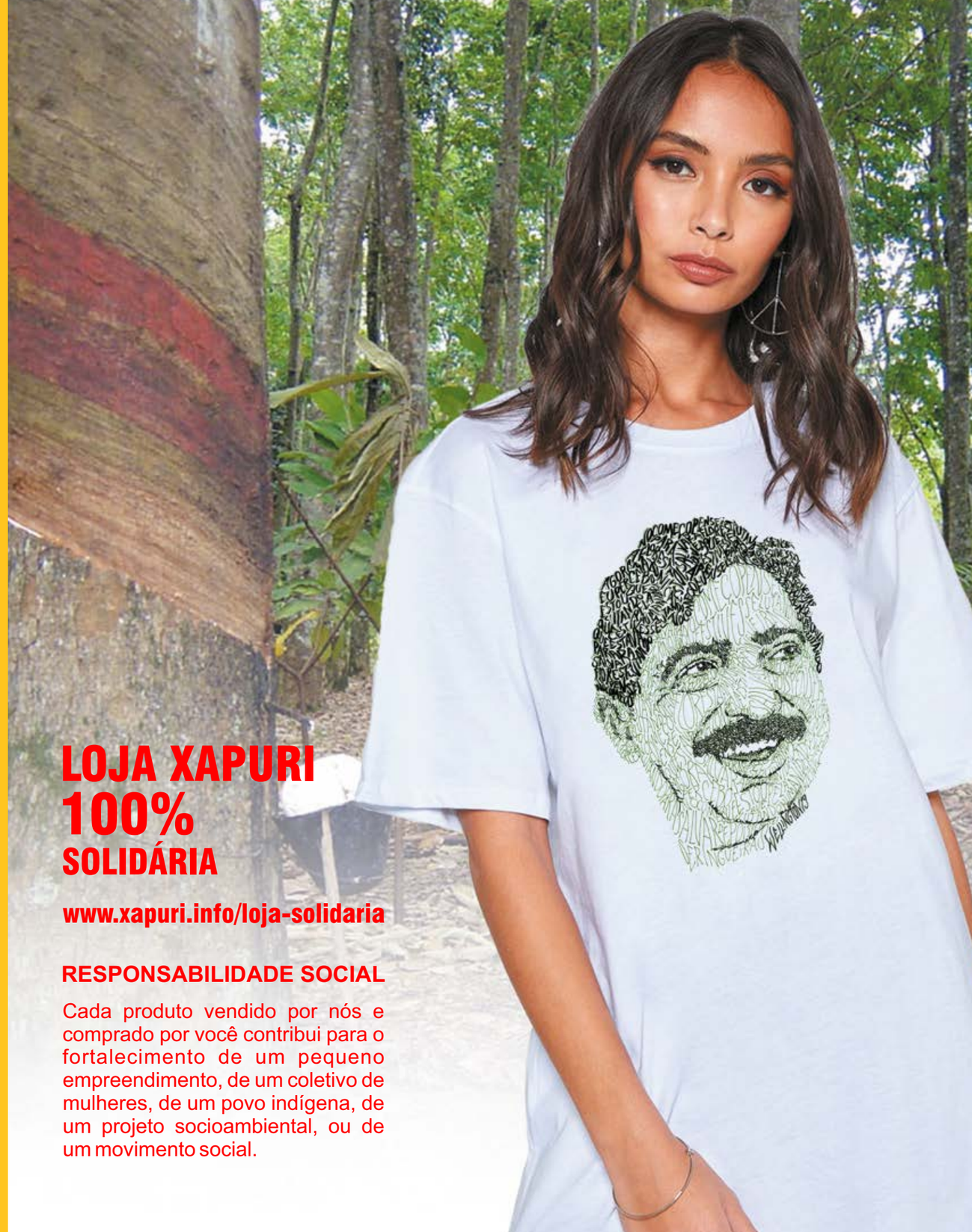
No caso de *empanemar*, ou ficar com moleza na caça, o seringueiro tinha de cumprir alguns rituais para se livrar da *panema*.

Uma vez seu "Quinca", esposo de dona Cecília, (também falecido) matou uma caça. A carne foi mal salgada, estragou. Uma mulher jogou a carne fora. Seu Quinca ficou mais de um ano sem matar caça.Para tirar a panema, precisou tomar banho de pau d'alho e pião roxo, e ir pra mata. No outro dia seu Quinca foi pro mato, matou uma caça, tinha perdido a panema.

Outra receita para tirar a *panema* é do seringueiro Raimundo Monteiro. Numa tarde, deixa-se uma "jarina" com o "olho" amarrado com cipó. Na manhã seguinte, bem cedo, com um galho de pião roxo, dá-se uma surra na jarina para tirar a *"panema"*, falando em voz alta o nome da pessoa que "botou moleza". Porém, se não foi essa pessoa, o *"empanemado"* cai num febrão danado.

Para os seringueiros, esse é um recado da natureza para combater a injustiça, ou seja, antes de acusar alguém, é preciso ter certeza, caso contrário, tem-se que arcar com as consequências.

Gomercindo Rodrigues
Advogado. Escritor, em "Caminhando na Floresta com Chico Mendes" – Editoras Edufac – Xapuri, 2009.



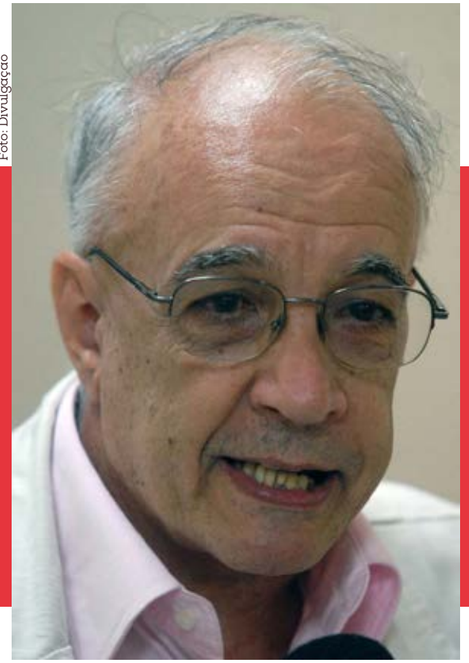


Foto: Divulgação

EMIR SADER:

É PRECISO MOSTRAR QUE A ESQUERDA TEM ALTERNATIVAS PARA OS GRANDES PROBLEMAS DO BRASIL

Rodrigo Couto

Em entrevista exclusiva conduzida pelo jornalista Rodrigo Couto para a Xapuri, o sociólogo Emir Sader fala sobre o papel da esquerda no combate ao desmonte das políticas públicas e em oferecer alternativas para os grandes problemas nacionais.

Xapuri – Diante dos vexames nacionais e internacionais do governo Bolsonaro, o senhor prevê que ainda existe esperança para que a esquerda retome seu espaço?
Emir Sader – A esquerda pode retomar um espaço, desde que politize a oposição ao governo Bolsonaro. Não basta retrucar e denunciar as iniciativas do governo. É preciso mostrar que a esquerda tem alternativas para os grandes problemas pendentes no Brasil.

Xapuri – Em uma breve análise sobre a direita hoje no Brasil, qual o principal objetivo dela?
Emir Sader – O principal objetivo da direita é a manutenção do modelo econômico neoliberal. Como se trata de um modelo antipopular, precisa também blindar o Estado e o governo, para tentar impedir que a esquerda capitalize os descontentamentos provocados por esse modelo e possa voltar a governar.

Xapuri – Na sua visão, o que a esquerda pode fazer para retomar o governo e as políticas socioeconômicas que tiveram êxito para toda a população, incluindo os empresários, no segundo governo Lula (2006)?
Emir Sader – A esquerda pode usar robôs e outras ferramentas cirbenéticas para difundir suas posições de forma legal.

Xapuri – Existe algo para combatermos as chamadas "Fake News", que perseguem e insultam Lula e sua militância?
Emir Sader – Podemos combinar mecanismos ágeis e amplos de difusão de respostas e desenvolver a consciência popular, são os mecanismos com que pode contar a esquerda. Mas nunca usar "Fake News".

Rodrigo Couto
Jornalista

LOJA XAPURI
100%
SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.

Movimento Negro Brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Jamaica - 2019

DELEGAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO DENUNCIA PACOTE ANTICRIME DE MORO EM AUDIÊNICA OFICIAL DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Iêda Leal

Imagem: Portal Geledés

Foi com muita responsabilidade e orgulho que, como secretária de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado (MNU); e vice-presidenta da Central Única dos Trabalhadores de Goiás (CUT-GO), fiz parte da comitiva do movimento negro que representou o Brasil na Audiência Oficial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), realizada no início deste mês de maio, em Kingston, na Jamaica.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é uma das entidades do sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos nas Américas. Tem sua sede em Washington, D.C. O outro órgão é a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em São José, Costa Rica.

A CIDH é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo mandato surge com a Carta da OEA e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, representando todos os países membros da OEA. Está integrada por sete membros independentes que atuam de forma pessoal, os quais não representam nenhum país em particular, sendo eleitos pela Assembleia Geral.

A CIDH se reúne em Períodos Ordinários e Extraordinários de sessões várias vezes ao ano. Sua Secretaria Executiva cumpre as instruções da CIDH e serve de apoio para a preparação legal e administrativa de suas atribuições.

A Audiência, convocada em 4 de abril, durante o 172º Período Extraordinário de Sessões da CIDH, respondeu a uma denúncia protocolada pelas Organizações do Movimento Negro brasileiro, em fevereiro de 2019, junto à CIDH, contra o pacote anticrime apresentado pelo ministro da Justiça do Brasil, Sérgio Moro.

Composta por 14 representantes, 10 mulheres e 4 homens, de 7 estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, Pará e Maranhão), contemplando Mulheres Negras, Mães de Vítimas do Estado, Quilombolas, Matriz Africana, Mídia Negra, Favelas e Periferias, a comitiva apresentou à CIDH uma pauta unificada dos Movimentos Negros Brasileiros.

Em Kingston, tivemos duas reuniões bilaterais com relatoras da CIDH e uma reunião com toda a sociedade civil, membros da CIDH e a uma representação do governo brasileiro. Os resultados da Audiência serão oportunamente divulgados pela CIDH e pelas entidades participantes.

DELEGAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO EM KINGSTON

1. **Anielle Franco** – Instituto Marielle Franco, RJ. Mestra em Jornalismo e em Inglês pela Universidade da Carolina do Norte nos EUA. Graduada em Letras pela UERJ. Hoje atua como professora, escritora, palestrante. Diretora do Instituto Marielle Franco.

2. **Boris Calazans** – Uneafro, Relatoria, SP. Advogado. Participou da formação de agentes da Década do Afrodescendente, na ONU.

3. **Danilo Cerejo** – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq – MA. Advogado Quilombola, Alcântara – Maranhão.

4. **Douglas Belchior** – Uneafro, SP. Professor, formado em História pela PUC-SP. Fundador da Uneafro – Brasil, ajudou a construir a Educafro. Coordenador de articulação de projetos do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

5. **Gizele Martins** – Jornalista – Fórum Grita Baixada, Movimento de Favelas – RJ e Movimento de Favelas.

6. **Iêda Leal de Souza** – Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU). Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1991), com Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Salgado de Oliveira. Secretária de Combate ao Racismo da CNTE, Vice-presidenta da CUT/GO; Coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzales; Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; e Conselheira do Conselho Estadual de Educação – CEE/GO.

7. **Lia Manso** – Militante do Criola, Rio de Janeiro.

8. **Maria Sylvia A. de Oliveira** – Advogada, São Paulo. Presidenta do Geledés.

9. **Nilma Bentes** – Uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – Cedenpa, em Belém, e uma das fundadoras da Marcha das Mulheres Negras.

10. **Pedro Borges Franco Zimermann** – Formado em jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Um dos fundadores do portal de mídia negra Alma Preta. Militante antirracista, Pedro compõe a Rede de Jornalista das Periferias e é colunista do Midia Ninja.

11. **Rute Fiuza** – Mães de Maio, Bahia. Representante do Movimento Mães de Maio no Nordeste. Mãe do adolescente David Fiuzaque, que desapareceu aos 16 anos de idade, após abordagem policial em Salvador no ano de 2014.

12. **Sandra Maria da Silva Andrade** – Conaq-Minas Gerais.

13. **Sandra Regina Braga** – Conaq-GO – Quilombo Mesquita, Goiás.

14. **Winnie Bueno** – Matriz Africana, RS. Bacharel e mestranda em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Iyalorixá do Ile Aiye Orisha Yemanja. Integrante da Rede de Ciberativistas Negras – Núcleo Rio Grande do Sul.

Iêda Leal
Tesoureira do SINTEGO; Secretaria de Combate ao Racismo da CNTE; Conselheira do Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado – MNU; Vice Presidenta da CUT-GO.

DO USO SUSTENTÁVEL AO COMÉRCIO JUSTO:

BABAÇU TRANSFORMA VIDA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Fotos: Acervo Rede Cerrado

A conservação e o uso sustentável dos babaçuais motivaram as comunidades tradicionais agroextrativitas da região do Médio Mearim, no Maranhão, a se unirem para lutar pela valorização do fruto do seu trabalho.

Organizados em cooperativas e associações há cerca de três décadas, os produtores e produtoras, com protagonismo principalmente do saber popular das mulheres quebradeiras de coco babaçu, desenvolveram uma linha de produtos a partir do agroextrativismo que ganhou mercados nacional e internacional.

Do óleo destinado à indústria de cosméticos e alimentação, à torta para ração animal, ao sabonete e à farinha de mesocarpo. São vários os produtos e subprodutos que ganharam até uma marca: "Babaçu Livre", uma alusão a décadas de luta e resistência dessas mulheres para o acesso aos babaçuais. Este trabalho contou com assessoria técnica da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), uma das entidades associadas à Rede Cerrado, e um dos subprojetos apoiados pelo DGM Brasil. Criada pelos agroextrativistas da região, a Assema, que completa 30 anos em maio, desenvolve estratégias voltadas à conservação e ao uso sustentável do babaçu e ao comércio justo. Algumas iniciativas são desenvolvidas em parceria com o Fundo Amazônia.

Entre os diferentes produtos da linha Babaçu Livre, está o sabonete produzido pela Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues-MA (AMTR). A fábrica, localizada nacomunidade de Ludovico, em Lago do Junco, a 300 quilômetros de São Luís, produz cerca de 30 mil sabonetes por ano. "Nosso produto surgiu como forma de resistência à derrubada das palmeiras", conta Joana Rodrigues Alves. Para chegar onde estão, a luta contra fazendeiros e grileiros, que derrubam as florestas de babaçu, não foi fácil. "Eles diziam que o babaçu não tinha valor, que não servia para nada. Hoje está aí o nosso sabonete", diz Joana Alves.

Mas era preciso ir mais além da luta contra a derrubada das palmeiras. Era preciso valorizar o trabalho das quebradeiras de coco, saindo das mãos de atravessadores. Mais uma vez, a união rendeu bons frutos.

Foi criada, então, a Cooperativa de Pequenos(as) Produtores(as) Agroextrativistas do Lado do Junco-MA (Coppalj), que passou a comprar a amêndoa do babaçu das quebradeiras de coco e processá-lo para produzir o óleo orgânico. "A cooperativa surgiu em função de uma necessidade de um grupo de pessoas que se sentia explorado pelo atravessador e decidiu produzir para si mesmo", conta o presidente da Coppalj, Ildo Lopes de Sousa.

As amêndoas são vendidas pelas quebradeiras de coco nas cantinas comunitárias da Coppalj. "Antes da cooperativa, as famílias produziam 10 kg de amêndoas para comprar um 1kg de arroz. Hoje, bastam 2 kg de amêndoas para comprar o 1 kg de arroz. Então temos este marco legal da cooperativa", afirma Ildo de Sousa.

No mês em que comemorou 28 anos de fundação, em abril deste ano, a Coppalj inaugurou sua unidade de produção de óleo de babaçu orgânico refinado, visando atender à alimentação. Até então, a cooperativa produzia o óleo filtrado, atendendo aos mercados nacional e internacional da indústria de cosméticos. A nova unidade, com capacidade para processar até 2000 kg/h, é fruto de um projeto em parceria com o governo do Estado, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF-MA), com aAssema. É a Coppalj quem fornece o óleo para a fábrica de sabonete de babaçu da AMTR. Fornece ainda para grandes indústrias de cosméticos como Natura, Loreal, Body Shop, Companhia Gustav Heess (Alemanha), entre outras.

Outro subproduto do babaçu utilizado tradicionalmente na alimentação, como em bolos, mingau e biscoitos, a farinha de mesocarpo também despertou o interesse da indústria de cosméticos.

Só este ano, a Coopaesp (Cooperativa de Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis-MA), uma das grandes produtoras de mesocarpo da região do Médio Mearim, produzirá cerca de 11 toneladas do produto, dos quais nove toneladas visam atender à indústria da beleza. "Este ano nós retomamos as negociações com a Atina que também trabalha na linha de cosméticos", diz Ricardo Araújo, técnico do Programa de Comercialização Solidária da Assema. Entre os clientes da Coopaesp estão a Natura e a Atina Ativos Naturais, empresa que trabalha com ingredientes naturais. É importante destacar que todos os outros produtos, incluindo a farinha, são frutos do conhecimento tradicional das quebradeiras de coco babaçu.

A Rede Cerrado conta com o apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF, na sigla em inglês para CriticalEcosystemPartnershipFund) e do DGM Brasil – Mecanismo de Apoio Dedicado a Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Cerrado Brasileiro. Para saber mais, acesse: www.redecerrado.org.br.

Reportagem produzida por Franci Monteles, assessoria de imprensa da Assema (Inspirar Inovação e Comunicação).

Rede Cerrado

LOJA XAPURI 100% SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.

Vai fazer tanta falta...

Beth Carvalho, Guerreira da Resistência!
(1946 – 2019)

DIAMANTINA:
DAQUI A POUCO TEM FESTA DO DIVINO!

Pra quem gosta da tradição das festas mineiras, principalmente das festas religiosas, Diamantina é destino certo, porque é lá que acontece a maior Festa do Divino de Minas Gerais.

Reconhecida como Bem Imaterial de Diamantina, a Festa, junto com a receita do tradicional bolo de arroz servido durante as cerimônias religiosas, faz parte da política de preservação do Patrimônio Cultural do Município.

Há registros de que a Festa, ou Festejo do Divino, acontece no antigo Arraial do Tijuco, hoje Diamantina, pelo menos desde o século XVIII, sempre vinculada à capela de Nossa Senhora do Amparo.

Prevista para o começo do mês de junho, a Festa, em si, além da distribuição do famoso bolo de arroz, tem alvorada, procissão da bandeira para o levantamento do mastro, banda de música e a procissão dos milagres.

Domingo é o dia em que, logo pela manhã, os e as fiéis integram o Cortejo do Império, com a participação de grupos folclóricos como os Caboclinhos. Durante o Cortejo, o imperador e sua família são levados de sua residência para a celebração festiva na igreja de Nossa Senhora do Amparo.

Em 2019, os festejos estão marcados para a primeira semana de junho. Diamantina fica a cerca de 300 km de Belo Horizonte. Pra quem mora em outras partes do Brasil, não é tão perto. Mas a festa é linda, vale a pena!

Janaina Faustino
Gestora Ambiental.

BOLO DE ARROZ DE DIAMANTINA:
RECEITA IMPERDÍVEL!

INGREDIENTES:

- 150g de arroz em pó
- 100g de arroz cozido
- 1 xícara de abóbora cozida e amassada
- 1 xícara de banha
- 1 xícara de óleo
- 1 xícara de manteiga
- 2 xícaras de queijo ralado
- meio litro de leite
- 2 xícaras de açúcar
- 1 xícara de farinha trigo sem fermento
- 3 ovos
- 50g de fermento biológico fresco
- 1 colher de sopa de canela
- 1 colher de sopa de cravo

MODO DE PREPARO:

Cozinhar a abóbora e amassar. Cozinhar o arroz só com água.

Em uma panela, coloque a banha, o óleo e a manteiga e deixe derreter. No liquidificador, bata o pó de arroz, o trigo, a abóbora, os ovos e o leite. Em seguida, despeje em uma vasilha grande e acrescente o arroz cozido, a manteiga, o óleo e a banha derretidos, misture até ficar no ponto. Depois, adicione o açúcar, o queijo ralado e misture bem. Acrescente a canela, o cravo e por último o fermento biológico.Coloque em uma forma e deixe assar por alguns minutos.

Fonte: https://www.pousadadogarimpo.com.br

ESCOLA É...

Paulo Freire

o lugar onde se faz amigos
não se trata só de prédios,
salas, quadros,
programas, horários, conceitos...
Escola é, sobretudo, gente,
gente que trabalha, que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima.
O diretor é gente, o coordenador
é gente,
o professor é gente, o aluno é gente,
cada funcionário é gente.
E a escola será cada vez melhor
na medida em que cada um
se comporte como colega,
amigo, irmão.
Nada de "ilha cercada de gente
por todos os lados".
Nada de conviver com as
pessoas e depois descobrir
que não tem amizade de ninguém
nada de ser como o tijolo
que forma a parede,
indiferente, frio, só.
Importante na escola não
é só ajudar, não é só trabalhar,
é também criar laços de amizade,
é criar ambiente de camaradagem,
é conviver, é se "amarrar nela"!
Ora, é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil
estudar, trabalhar, crescer,
fazer amigos, educar-se,
ser feliz.

Paulo Freire
(1921 -1997) - Patrono da Educação Brasileira. Por seu método inovador de alfabetização emancipadora de pessoas adultas e por sua proposta amorosa de mudar o mundo pela Educação, o educador brasileiro mais lido e respeitado no planeta encontra-se sob ataque do atual governo do Brasil.

LOJA XAPURI
100%
SOLIDÁRIA

www.xapuri.info/loja-solidaria

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada produto vendido por nós e comprado por você contribui para o fortalecimento de um pequeno empreendimento, de um coletivo de mulheres, de um povo indígena, de um projeto socioambiental, ou de um movimento social.

O projeto tem gerado resultados positivos e o objetivo é que a ideia se multiplique para toda a comunidade e para outras escolas

Fotos: Deva Garcia

Escola rural em Planaltina cria projeto de preservação do cerrado

Apesar de ser o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando 22% do território brasileiro, muitas pessoas não conhecem o cerrado e, o pior, a área está sendo completamente destruída. Somente no Centro-Oeste, por exemplo, segundo levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), estima-se que cerca de 51% da vegetação está desmatada.

Mas, mesmo diante desta triste informação, ainda há esperança, e ela está a cerca de 50km de Brasília, na Escola Classe Córrego do Meio, localizada na zona rural de Planaltina. Lá, 82 crianças na faixa etária de 4 e 12 anos participam do projeto Viveiro de Mudas Nativas, que realiza um trabalho de recuperação e reflorestamento desse patrimônio natural aos redores da instituição e em toda a comunidade.

O projeto consiste em realizar trilhas no cerrado para colher as sementes e mudas, plantar no viveiro e depois replantá-las no ambiente natural. Os alunos são responsáveis por todas as etapas: eles cavam, plantam, regam, catalogam as espécies e cuidam. As mudas cultivadas são todas doadas para a população, chacareiros, e instituições que querem ajudar a cuidar do cerrado e a ideia e que o projeto seja levado para outras escolas.

Engajados com o protejo, as crianças conhecem espécies importantes como, ipê-roxo, ipê-amarelo, barbatimão, pequi, jatobá, copaíba, araticum, sucupira e muito mais.

O estudante Carlos Eduardo, 6 anos, do 3° ano do Ensino Fundamental já entende a importância de cuidar do cerrado e ele foi enfático sobre a muda de ipê que ganhou no projeto. "Vou cuidar bem do meu pé de ipê porque eu vou plantar quando eu tiver minha própria terra", contou animado.

O professor responsável pelo projeto, Robson de Paiva, explica que o cuidado com a vegetação faz parte do currículo escolar e as atividades ocorrem no contraturno das aulas. A partir desse manejo com a terra as crianças aprendem noções de matemática, geografia, português, escrita, alfabetização, compostagem, conservação ambiental, extrativismo consciente e muito mais. "Fazemos tudo com embasamento científico e respaldo técnico, com instruções práticas e teóricas. Aqui, os estudantes têm acesso a um aprendizado diferenciado e com sentindo. Não produzimos mudas só por produzir, existe todo um contexto em volta do tema gerador. Este é um ensino para vida inteira, pois eles passam a ter consciência ambiental e multiplicam esse conhecimento", afirma.

Já a diretora da Escola Classe Córrego do Meio e idealizadora do projeto, Lívia dos Reis, explica que a questão principal é a valorização do meio ambiente. "Os alunos têm acesso a uma educação de verdade, pois a criança aprende dentro da realidade em que ela está inserida e leva esse conhecimento para vida. Eles se sentem pertencentes e aprendem que é necessário preservar o cerrado, é algo natural da rotina deles. Nosso projeto é feito por meio de voluntários e parcerias. Agradecemos a Interlife, o grupo Caminhadas de Brasília e o projeto Pé de Planta que desde o início seus membros acompanham e incentivam a nossa iniciativa", concluiu.

O estudante Carlos Eduardo, 6 anos, do 3° ano do Ensino Fundamental feliz em participar do projeto Viveiro de Mudas Nativas

XV ACAMPAMENTO TERRA LIVRE ATL 2019: DOCUMENTO FINAL

Fotos: Divulgação

Durante os dias 24 e 26 de abril, mais de 4 mil lideranças indígenas se reuniram no Acampamento Terra Livre, em Brasília, para exigir do governo brasileiro a garantida de seus direitos, estabelecidos pela Constituição de 1988. Ao final dos três dias do Encontro, como em anos anteriores, os indígenas lançaram seu Manifesto. Confira:

RESISTIMOS HÁ 519 ANOS E CONTINUAREMOS RESISTINDO

Nós, mais de 4 mil lideranças de povos e organizações indígenas de todas as regiões do Brasil, representantes de 305 povos, reunidos em Brasília (DF), no período de 24 a 26 de abril de 2019, durante o XV Acampamento Terra Livre (ATL), indignados pela política de terra arrasada do governo Bolsonaro e de outros órgãos do Estado contra os nossos direitos, viemos de público manifestar:

1. O nosso veemente repúdio aos propósitos governamentais de nos exterminar, como fizeram com os nossos ancestrais no período da invasão colonial, durante a ditadura militar e até em tempos mais recentes, tudo para renunciarmos ao nosso direito mais sagrado: o direito originário às terras, aos territórios e bens naturais que preservamos há milhares de anos e que constituem o alicerce da nossa existência, da nossa identidade e dos nossos modos de vida.
2. A Constituição Federal de 1988 consagrou a natureza pluriétnica do Estado brasileiro. No entanto, vivemos o cenário mais grave de ataques aos nossos direitos desde a redemocratização do país. O governo Bolsonaro decidiu pela falência da política indigenista, mediante o desmonte deliberado e a instrumentalização política das instituições e das ações que o Poder Público tem o dever de garantir.
3. Além dos ataques às nossas vidas, culturas e territórios, repudiamos os ataques orquestrados pela Frente Parlamentar Agropecuária contra a Mãe Natureza. A bancada ruralista está acelerando a discussão da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, em conluio com os ministérios do Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura. O projeto busca isentar atividades impactantes de licenciamento e estabelece em uma única etapa as três fases de licenciamento, alterando profundamente o processo de emissão dessas autorizações em todo o país, o que impactará fortemente as Terras Indígenas e seus entornos.

4. O projeto econômico do governo Bolsonaro responde a poderosos interesses financeiros de corporações empresariais, muitas delas internacionais, do agronegócio e da mineração, dentre outras. Por isso, é um governo fortemente entreguista, antinacional, predador, etnocida, genocida e ecocida.

REIVINDICAÇÕES DO XV ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

Diante do cenário sombrio, de morte, que enfrentamos, nós, participantes do XV Acampamento Terra Livre, exigimos, das diferentes instâncias dos Três Poderes do Estado brasileiro, o atendimento às seguintes reivindicações:

1. Demarcação de todas as terras indígenas, bens da União, conforme determina a Constituição brasileira e estabelece o Decreto 1775/96. A demarcação dos nossos territórios é fundamental para garantir a reprodução física e cultural dos nossos povos, ao mesmo tempo que é estratégica para a conservação do meio ambiente e da biodiversidade e a superação da crise climática. Ações emergenciais e estruturantes, por parte dos órgãos públicos responsáveis, com o propósito de conter e eliminar a onda crescente de invasões, loteamentos, desmatamentos, arrendamentos e violências, práticas ilegais e criminosas que configuram uma nova fase de esbulho das nossas terras, que atentam contra o nosso direito de usufruto exclusivo.
2. Exigimos e esperamos que o Congresso Nacional faça mudanças na MP 870/19 para retirar as competências de demarcação das terras indígenas e de licenciamento ambiental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e que essas competências sejam devolvidas ao Ministério da Justiça (MJ) e à Fundação Nacional do Índio (Funai). Que a Funai e todas as suas atribuições sejam vinculadas ao Ministério da Justiça, com a dotação orçamentária e corpo de servidores necessários para o cumprimento de sua missão institucional de demarcar e proteger as terras indígenas e assegurar a promoção dos nossos direitos.
3. Que o direito de decisão dos povos isolados de se manterem nessa condição seja respeitado. Que as condições para tanto sejam garantidas pelo Estado brasileiro com o reforço das condições operacionais e ações de proteção aos territórios ocupados por povos isolados e de recente contato.
4. Revogação do Parecer 001/2017 da Advocacia Geral da União (AGU).
5. Manutenção do Subsistema de Saúde Indígena do SUS, que é de responsabilidade federal, com o fortalecimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a garantia da participação e do controle social efetivo e autônomo dos nossos povos e as condições necessárias para realização da VI Conferência Nacional de Saúde Indígena. Reiteramos a nossa posição contrária a quaisquer tentativas de municipalizar ou estadualizar o atendimento à saúde dos nossos povos.
6. Efetivação da política de educação escolar indígena diferenciada e com qualidade, assegurando a implementação das 25 propostas da segunda Conferência Nacional e dos territórios etnoeducacionais. Recompor as condições e espaços institucionais, a exemplo da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena, na estrutura administrativa do Ministério da Educação para assegurar a nossa incidência na formulação da política de educação escolar indígena e no atendimento das nossas demandas que envolvem, por exemplo, a melhoria da infraestrutura das escolas indígenas, a formação e contratação dos professores indígenas, a elaboração de material didático diferenciado.

7. Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e outros programas sociais voltados a garantir a nossa soberania alimentar, os nossos múltiplos modos de produção e o nosso Bem-Viver.
8. Restituição e funcionamento regular do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e demais espaços de participação indígena, extintos juntamente com outras instâncias de participação popular e controle social, pelo Decreto 9.759/19. O CNPI é uma conquista nossa como espaço democrático de interlocução, articulação, formulação e monitoramento das políticas públicas específicas e diferenciadas, destinadas a atender os direitos e aspirações dos nossos povos.
9. Fim da violência, da criminalização e discriminação contra os nossos povos e lideranças, praticadas inclusive por agentes públicos, assegurando a punição dos responsáveis, a reparação dos danos causados e o comprometimento das instâncias de governo na proteção das nossas vidas.
10. Arquivamento de todas as iniciativas legislativas anti-indígenas, tais como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00 e os Projetos de Lei (PL) 1610/96, PL 6818/13 e PL 490/17, voltadas a suprimir os nossos direitos fundamentais: o nosso direito à diferença, aos nossos usos, costumes, línguas, crenças e tradições, o direito originário e o usufruto exclusivo das terras que tradicionalmente ocupamos.
11. Aplicabilidade dos tratados internacionais assinados pelo Brasil, que inclui, entre outros, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as Convenções da Diversidade Cultural, Biológica e do Clima, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas. Tratados esses que reafirmam os nossos direitos à terra, aos territórios e aos bens naturais e a obrigação do Estado de nos consultar a respeito de medidas administrativas e legislativas que possam nos afetar, tal como a implantação de empreendimentos que impactam as nossas vidas.
12. Cumprimento, pelo Estado brasileiro, das recomendações da Relatoria Especial da ONU para os povos indígenas e das recomendações da ONU enviadas ao Brasil por ocasião da Revisão Periódica Universal (RPU), todas voltadas a evitar retrocessos e a garantir a defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas do Brasil.
13. Ao Supremo Tribunal Federal (STF), reivindicamos não permitir e legitimar nenhuma reinterpretação retrógrada e restritiva do direito originário às nossas terras tradicionais. Esperamos que, no julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, relacionado ao caso da Terra Indígena Ibirama Laklanõ, do povo Xokleng, considerado de Repercussão Geral, o STF reafirme a interpretação da Constituição brasileira de acordo com a tese do Indigenato (Direito Originário) e que exclua, em definitivo, qualquer possibilidade de acolhida da tese do Fato Indígena (Marco Temporal).

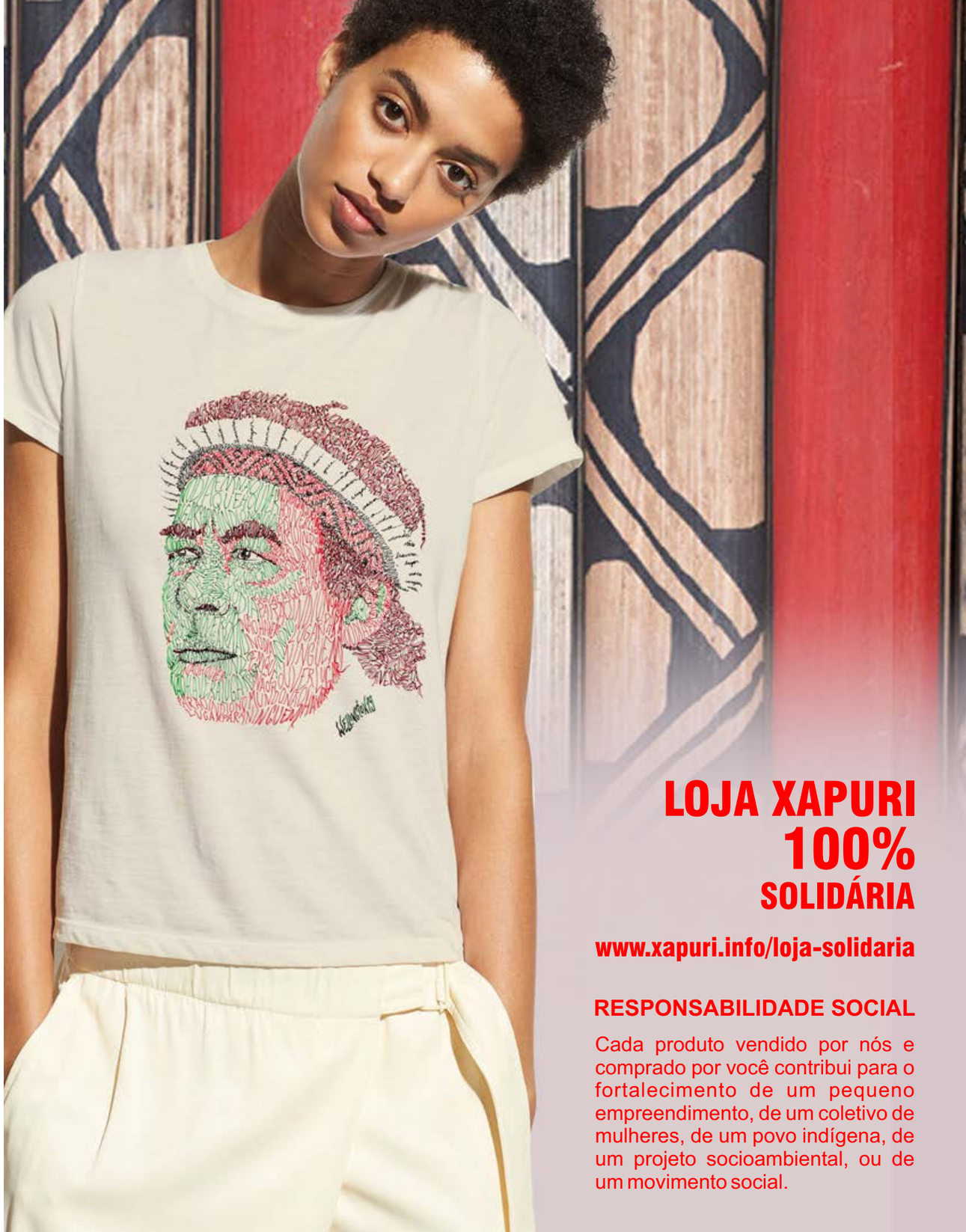
Realizamos este XV Acampamento Terra Livre para dizer ao Brasil e ao mundo que estamos vivos e que continuaremos em luta em âmbito local, regional, nacional e internacional. Nesse sentido, destacamos a realização da Marcha das Mulheres Indígenas, em agosto, com o tema "Território: nosso corpo, nosso espírito".

Reafirmamos o nosso compromisso de fortalecer as alianças com todos os setores da sociedade, do campo e da cidade, que também têm sido atacados em seus direitos e formas de existência no Brasil e no mundo.

Seguiremos dando a nossa contribuição na construção de uma sociedade realmente democrática, plural, justa e solidária, por um Estado pluricultural e multiétnico de fato e de direito, por um ambiente equilibrado para nós e para toda a sociedade brasileira, pelo Bem-Viver das nossas atuais e futuras gerações, da Mãe Natureza e da Humanidade. Resistiremos, custe o que custar!

Brasília (DF), 26 de abril de 2019.

XV ACAMPAMENTO TERRA LIVRE
ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB)
MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA (MNI)



ECOLOGIA EM FRAGMENTO: AS PARTES DO TODO

Leonardo Boff

O discurso ecológico procura ver o Todo nas partes e as partes no Todo numa rede de conexões que liga e re-liga todos os seres. Aqui apresento uns fragmentos do discurso ecológico em tópicos que nos tocam diretamente.

A IRRACIONALIDDE DO NOSSO ESTILO DE VIVER

O modelo de sociedade e o sentido de vida que os seres humanos projetaram para si, pelo menos nos últimos 400 anos, estão em crise.

Este modelo nos fazia acreditar que o importante é acumular grande número de meios de vida, de riqueza material, de bens e serviços, a fim de poder desfrutar a curta passagem por este planeta.

Para realizar este propósito nos ajudam a ciência que conhece os mecanismos da natureza e a técnica que faz intervenções nela para benefício humano. E procurou-se fazer isso com a máxima velocidade possível.

Portanto, busca-se o máximo de benefício com o mínimo de investimento e no tempo mais breve possível.

O ser humano, nesta prática cultural, se entende como um ser sobre as coisas, dispondo delas ao seu bel-prazer, jamais como alguém que está junto com as coisas, convivendo com elas como membro de uma comunidade maior, planetária e cósmica.

O efeito final e triste, somente agora visível de forma inegável, é este, expresso na frase atribuída a Gandhi: "a Terra é suficiente para todos, mas não para os consumistas".

Nosso modelo civilizatório é tão absurdo que se os benefícios acumulados pelos países ricos fossem generalizados aos demais países, precisaríamos outras quatro Terras iguais a essa que temos.O que mostra a irracionalidade que este modo de viver implica. Por isso pede o Papa Francisco em sua encíclica "sobre o cuidado da Casa Comum": uma radical conversão ecológica e um consumo sóbrio e solidário.

A NATUREZA É MESTRA

Em momentos de crise civilizacional, como a nossa, é imperioso consultar a fonte originária de tudo: a natureza, a grande mestra. O que ela nos ensina?Ela nos ensina que a lei básica da natureza, do universo e da vida não é a competição que divide e exclui, mas a cooperação que soma e inclui.

Todas as energias, todos os elementos, todos os seres vivos, desde as bactérias e os vírus até os seres mais complexos, somos todos inter-retro-relacionados e, por isso, interdependentes. Um coopera com o outro para viver.

Uma teia de conexões nos envolve por todos os lados, fazendo-nos seres cooperativos e solidários. Quer queiramos ou não, essa é a lei da natureza e do universo. Por causa desta teia de interdependências chegamos até aqui.

É essa soma de energias e de conexões que nos ajuda a sair das crises e a fundar novo ensaio civilizatório. Mas nos perguntamos: somos suficientemente sábios para enfrentar situações críticas e responder aos novos desafios?

TUDO ESTÁ RELACIONADO COM TUDO

A realidade que nos cerca e da qual somos parte não deve ser pensada como uma máquina, mas como um organismo vivo, não como constituída de partes estanques, mas como sistemas abertos, formando redes de relações.

Vigoram duas tendências básicas em cada ser e no inteiro universo: uma, a de se auto-afirmar individualmente e outra, a de se integrar num todo maior.

Se não se auto-afirma, corre o risco de desaparecer. Se não se integra num todo maior, corta a fonte de energia, se enfraquece e pode também desaparecer. Importa equilibrar estas duas tendências. Caso contrário, caímos no individualismo mais feroz – a auto-afirmação – ou no coletivismo mais homogeneizador – a integração no todo.

Por isso temos sempre de ir e vir das partes para o todo, dos objetos para as redes, das estruturas para os processos, das posições para as relações.

A natureza é, pois, sempre co-criativa, co-participativa, ligada e re-ligada a tudo e a todos e, principalmente, à Fonte Originária de onde se originam todos os seres.

Leonardo Boff
Ecoteólogo. Filsósofo.
Escreveu: De onde vem?
Mar de Ideias, Rio, 2017.

VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES: ATÉ QUANDO?

Bia de Lima

Infelizmente, o Brasil lidera o ranking de violência contra o/a professor/a. Será que os pais e a sociedade têm consciência da gravidade dessa situação?

Em 2013, uma pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostrou que 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação pelo menos uma vez por semana. Estes indicadores colocam o Brasil como o país mais violento para os/as professores/as.

A violência contra esses/as profissionais se mostra uma triste realidade, que aumenta todos os dias, a começar em sala de aula, onde o/a professor/a que deveria ser uma figura respeitada pelos/as estudantes é menosprezado/a e inferiorizado/a por estes/as. O caso mais recente – e mais grave – aconteceu dia 30 de abril, quando o coordenador Júlio César Barroso, do Colégio Estadual Céu Azul, foi brutalmente assassinado dentro da Instituição Escolar por um estudante que foi repreendido horas antes, após ter desrespeitado uma professora. O caso aconteceu em Águas Lindas, em Goiás, e expressa a insegurança que ronda a profissão.

Este foi o caso mais recente, mas a educação no Brasil está na UTI há tempos. Os/as professores/as vivem o medo na pele, e especialmente no cenário político atual: a censura. A outrora liberdade pedagógica e de cátedra começa a ser vista como doutrinação, quase uma ameaça. Exceto que essa "ameaça" é assegurada na lei, como construção essencial na formação dos/as estudantes enquanto pluralidade de ideias.

A exemplo temos o professor de geografia Fabrício Cardoso, do Colégio da iniciativa privada, Poliedro, de São José dos Campos/SP, que foi demitido após fazer críticas a Jair Bolsonaro, críticas essas fundamentadas em práticas do atual governo. Estudantes filmaram as críticas do professor e divulgaram nas redes sociais, na intenção arruinar a carreira do educador, os/as alunos/as receberam apenas uma advertência verbal por meio das redes sociais, a mesma que foi utilizada para demitir o professor. Vale lembrar que a mesma instituição tem amplo histórico de impunidade para casos de homofobia, transfobia, assédio, racismo e outras formas de preconceito e violência.

Outra triste situação foi a do professor Paulo Rafael Procópio, de 62 anos, em Lins, no interior de São Paulo, agredido por um aluno de 14 anos. Depois da agressão o servidor desistiu da carreira, após 20 anos em sala de aula, ele já era aposentado, mas ainda ministrava aulas por amor ao ofício.

Em Uberlândia, Minas Gerais, o professor de história Gabriel Pimentel foi preso durante 3 dias em uma abordagem truculenta de policiais, alegando desrespeito e desacato. Tudo aconteceu após o professor tentar defender dois alunos que estavam sendo abordados por policiais.

Em Goiânia, a diretora de um Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) foi agredida a chutes e pontapés pelo assessor de um vereador da cidade, ao tentar impedi-lo de fixar uma faixa politiqueira no muro da instituição de ensino.

No dia 15 de abril, a professora Camila Marques, do Instituto Federal de Goiás (IFG), foi presa em seu local de trabalho, no campus Águas Lindas, em uma ação arbitrária da Polícia Civil de Goiás. Ela foi agredida verbalmente e algemada na frente dos alunos, acusada de desobediência por ter gravado um vídeo tentando impedir que alunos fossem interrogados pela Polícia Civil.

Ainda em abril, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, divulgou em seu Twitter um vídeo feito por uma aluna, no qual ela confronta uma professora de gramática, alegando que a educadora utilizou parte da aula para falar sobre política. O vídeo foi publicado pelo presidente com a seguinte legenda "Professor tem que ensinar e não doutrinar". Uma das bandeiras apoiadas por Bolsonaro é a Escola Sem Partido, que encoraja a vigilância e filmagem de alunos sobre professores, que propõe acabar com a "doutrinação" supostamente feita pelos/as docentes.

Vemos assim que a agressividade contra professores/as vem de todos os lados: estudantes, sociedade civil, até da própria segurança pública.

Dessa forma, culpabilizar os diversos autores dessas violências que acontecem diariamente de forma única e centralizada não resolve o X da questão.

Exprime-se nesse contexto a constante desvalorização do magistério, advinda de uma sociedade que não aceita pensamentos diferentes dos seus, e do próprio Estado, que reprime seus professores com ferocidade, expondo quase um medo da liberdade que a Educação evoca ao possibilitar pessoas conhecedoras de seus direitos e capazes de construir pensamento crítico.

O que dizer de tanta brutalidade? Quantos "Júlios Césares", "Fabrícios", "Paulos", "Gabriéis", "Camilas" e tantos/as outros/as ainda precisam sofrer agressões e intimidações? O/a professor/a que constrói ideias está sendo condenado/a sem direito a defesa. A Educação pede socorro, as máquinas da UTI estão apitando para o inevitável: defender o/a professor/a é defender o futuro da nação.

Bia de Lima
Educadora. Presidenta do Sintego.

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS
filiado à
CUT BRASIL CNTE

SINTEGO 30 ANOS 1988 - 2018

RAINHA NZINGA MBANDI:
UMA DAS MAIORES GOVERNANTES DA HISTÓRIA DA ÁFRICA

Iêda Vilas Bôas

"(...) acima das lembranças dos heróis,
NgolaKiluanji, Rainha Ginga.
(Agostinho Neto, poeta e 1º Presidente de Angola).

Rainha NzingaMbandiKiluanji (pronuncia-se inzingaimbandi-quiluange): negra, bela, exótica, excêntrica e uma das maiores governantes da história daÁfrica. Por sua brilhante carreira diplomática e política, ela será sempre lembrada como o maior símbolo da resistência e do enfrentamento à colonização africana pelos europeus, principalmente os portugueses e holandeses.

Também conhecida, dentre outros nomes, por NgolaNzingaMbande ou Dona Ana deSousa (nome recebido quando se converteu oportunamente ao cristianismo),Rainha Nzinga I, e Mbande Ana Nzingha, foi soberana dos reinos do Ndongo e de Matamba, no Sudoeste de África, no século XVII. O seu título real na língua kimbundu, Ngola, deu origem ao nome utilizado pelos portugueses para denominar aquela região de Angola.

Ela nasceu em 1582, na tribo Ambundo, de africanos falantes dalíngua banto ou bantu, e faleceu em 1663, aos 81 anos. Os bantus constituíam uma comunidade cultural, umgrupo etnolinguísticoque englobava cerca de 400 subgrupos étnicosdiferentes. Com sua ascensão ao trono, passou a ser a rainha do Ndongo, atualAngola. Nos anos cruéis da escravatura, seu povo era capturado, escravizado etrazido, também, ao Brasil. Aqui, o valente e alegre povo Banto nos ensinou osamba e a capoeira. O povo de Nzinga, o povo Banto, portanto, está muitopresente em nossa raiz, em nossa identidade social e cultural.

A rainha entrou merecidamente para a história como uma combatentedestemida, exímia estrategista militar e diplomata astuciosa. Ela chefioupessoalmente o seu exército até os 73 anos de idade e era tão respeitada pelosportugueses, de maneira que Angola só foi dominada depois da sua morte.

Estrategicamente formou uma aliança com o povo Jaga, desposando o chefedesse povo e, subsequentemente, conquistando o reino de Matamba. O Reino de Ndongo, inicialmente, sofria com a invasão lusitana e com batalhasterritoriais com os Jagas, povo africano forte, por natureza guerreiro esaqueador. O reino vivia em constantes guerras. Entretanto, essa não era sua maior batalha.

O fato de ser mulher, filha de escrava, e de estar no comando de seu reino, fazia com que Nzinga tivesse ferrenha oposição interna. A mancha da escravidão era um fator de enfraquecimento em sua gestão. Na África, asrelações de poder se baseavam na tradição familiar e no parentesco. Sorte grande da heroína Nzinga foi ter sido criada por seu pai, o rei Ngola Jinga Mbandique, percebendo a garra e coragem da jovem princesa, deu-lhe treinamento militar e preparou-a para sucedê-lo.

Quando da morte de seu pai, em 1617, o irmão dela, Ngola Kia Mbandi, assumiuo trono, contrariando a vontade do pai e de seus conselheiros, que reconheciama supremacia e liderança de Nzinga. O Rei Kia iniciou seu governo com ferrenhaluta entre seu povo, poucos a seu favor e grande maioria com Nzinga. Numadrástica e traiçoeira medida, o Rei Kia manda assassinar o filho único daprincesaque, na ordem real, seria seu principal concorrente. No ano de 1624,durante uma rebelião interna o Rei Kia foi assassinado e Nzinga virou rainhaaos 39 anos de idade.

A jovem assumiu o poder durante grave crise em seureino. Ndongo perdia terreno para os portugueses e era preciso agir com sabedoria e cautela. Dizem que por trás da morte do Rei Kia estava Nzinga, nem tanto pelo poder, mas sim, pelo sofrimento de mãe ao ter perdido seu amadofilho.

Ainda sob a liderança de seu irmão, o Rei Kia, Nzinga iniciou sua brilhantecarreira diplomática. Kia precisava de alguém capacitado para negociar com osportugueses e enviou sua irmã para Luanda com a missão de negociar umacordo de paz com os invasores lusitanos. Nzinga era fluente na línguaportuguesa, tendo aprendido o idioma nas incursões e negociações em queacompanhava seu pai.

Em sua chegada, a jovem princesa recebeu homenagensefusivas e calorosas como salvas de canhões, soldados perfilados e tapetescobrindo toda a extensão do trajeto. Mas era mulher e isso incomodava. Quandose encontrou com o governador de Luanda, percebeu que não lhe destinaram cadeira no salão, isso significava que deveria sentar-se sobre almofadas, nochão. Lugar destinado às mulheres de homens importantes.

Assumindo atitudedesafiadora para aquele tempo, Nzinga imediatamente ordenou que umaescrava se ajoelhasse e sentou sobre ela, para mostrar a todos sua superioridadee soberania. Assim tambémmostrou aos portugueses que não seria umavassala do domínio português. Seria tratada como igual.

Já coroada como RainhaNzingaMbandi de Ndongo, ela conseguiu feito inédito: através de bem-sucedidamanobra política, realizou a união com o povo Jaga, os terríveis. Por essa união, ela adotou muitos costumes estranhos àcultura de Ndongo, entre eles o "cbadiomo" um ritual de canibalismo, quesegundo a crença dos Jagas ajudava a manter a disposição e força física dossoldados para o enfrentamento nas batalhas.

De acordo com a oralidade, diz-se que, em certos rituais de fertilidade, Nzinga se vestia de homeme obrigava seus inúmeros amantes a se fantasiarem de mulher. Sob a óticacontemporânea, podemos dizer que a Rainha Nzinga subvertia tradições.

Lembremo-nos do período histórico em que reinou Nzinga para entendermos as contradições comportamentais da Rainha. Por exemplo, Nzingalutou contra a escravidão do seu povo, mas vendia seus aprisionados de guerrapara os portugueses. Defendia a livre expressão religiosa e depoisobrigou seu reino a adotar muitos costumes católicos. Com tantas adversidades, seu reinado tinha tudo para fracassar, porém, através do exercício daarte política e diplomática conseguiu manter a independência do seu povo porquarenta anos.

Hoje permanece figura destaque no panteão central da culturaangolana, país que ainda vive e sofre por conflitos internos. No Brasil, é pouco conhecida, mas é homenageada nas festaspopulares de origem do povo banto, como a Congada. No rito, a coroação do reido Kongo e da rainha Nzinga simboliza o sincretismo religioso em terras brasileiras.

Iêda Vilas-Boas
Escritora

NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM

Educação sem LGBTfobia

17 de maio

Dia Internacional e Nacional de Combate à LGBTfobia

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br
Brasil

Filiada à CUT BRASIL

Internacional da Educação

CEA

FNPE Fórum Nacional Popular de Educação

Frisson

Foto: Izalete Tavares

Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura, faz a Xapuri continuar acontecendo!

REVISTA IMPRESSA

ANUAL R$ **150**,00 12 EDIÇÕES

BIANUAL R$ **250**,00 24 EDIÇÕES (BÔNUS: REVISTA DIGITAL)

ASSINE JÁ! **WWW.XAPURI.INFO/ASSINE**